

# Do planisférico ao global: a espacialização da economia-mundo europeia e a Terra dos Patos (c. 1600-1650)

*From the planisphere to the global: The spatialization of the European world-economy and Terra dos Patos (c. 1600-1650)*

**TIAGO KRAMER DE OLIVEIRA**

<http://orcid.org/0000-0002-3866-2128>

Universidade Federal de Santa Catarina / Florianópolis, SC, Brasil

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Do planisférico ao global: a espacialização da economia-mundo europeia e a Terra dos Patos (c. 1600-1650). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 32, p. 1-29, 2024.

DOI: <https://doi.org/10.11606/1982-02672024v32e13>

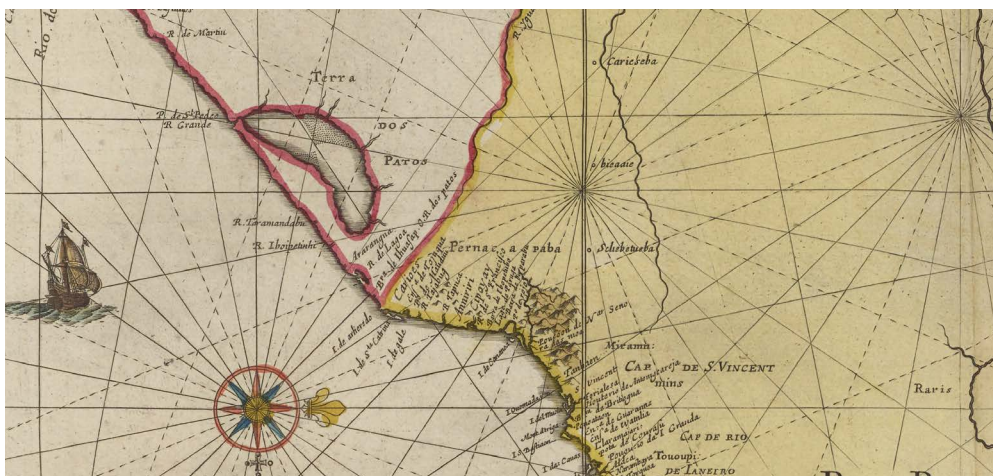
RESUMO: O topônimo *Patos* aparece em diversos mapas do século XVII para identificar uma área do litoral sul do Brasil. O estudo da bibliografia e da documentação — crônicas, correspondências, documentação administrativa, mapas — permitiu desvendar características de agentes sociais, espaços, práticas econômicas e relações de poder que podem ser analisadas atendendo às atuais demandas por abordagens que promovam pessoas e espaços *locais* ao centro da análise das dinâmicas globais. *Patos* foi local de disputas entre sacerdotes, autoridades coloniais, colonos, sertanistas, povos indígenas, comerciantes, corsários e personagens que fizeram mais de um desses papéis. Defende-se a pertinência da unidade de análise *economia-mundo*, de Fernand Braudel, para analisar a globalidade dessas dinâmicas locais, ao mesmo tempo que se propõe que a dinâmica espacial dessa unidade de análise seja compreendida na complexa interação entre os diversos e conflitantes espaços-tempo que constituem a natureza da economia-mundo europeia na época moderna.

PALAVRAS-CHAVE: História global. Economia-mundo. América Latina Colonial. Século XVII.

ABSTRACT: The toponym *Patos* appears on several 17th-century maps to identify an area on the southern coast of Brazil. This study showed the characteristics of social agents, spaces, economic practices, and power relations that can be analyzed in view of the current demands for approaches that promote local people and spaces at the center of the analysis of global dynamics. *Patos* offered a site of disputes among priests, colonial authorities, colonists, *sertanistas*, Indigenous peoples, traders, privateers, and characters who played more than one of these roles. This study defends the pertinence of Fernand Braudel's unit of world-economy to analyze the globality of these local dynamics and propose that the spatial dynamics of this unit of analysis be understood in their complex interaction among the diverse and conflicting space-time that constitutes the nature of the capitalist world-economy in the Modern Era.

KEYWORDS: Global history. World-economy. Colonial Latin America. 17-th century.

O topônimo *Patos* aparece em diversos mapas do século XVII, entre os quais destacamos o “*Paraquaria vulgo Paragvay cum adjacentibus*” e o “*Brasilid*” (Figura 1). Ambos figuraram em diversas publicações, entre elas o *Atlas maior* (1662-1665), um dos símbolos máximos da *golden age* neerlandesa.<sup>1</sup> Maior obra do gênero até então produzida, o *Atlas maior* tinha onze volumes, 594 mapas e mais de 3 mil páginas.<sup>2</sup> Aos seus seletos leitores, Joan Blaeu prometia, e nisso nada havia de original, entregar uma visão completa do mundo baseada nas mais recentes observações empíricas.<sup>3</sup>



1. De acordo com Protasio Langer, é de 1658 a primeira publicação do mapa “*Paraquaria*”, em um atlas também editado por Blaeu. Não encontramos uma edição anterior idêntica ao mapa “*Brasilid*” publicado no *Atlas maior*, uma vez que os mapas holandeses anteriores, via de regra, não representavam a região entre o norte do Rio da Prata e a *Terra dos Patos* como parte do que era denominado como *Brasilid* ou *Brasilidiae*. A referência para acrescentar essa parte ao mapa “*Brasilid*”, de 1662, foi o mapa “*Paraguay, ó Prov. De Rio De La Plata...*”, que, também, conforme Langer (2020, p. 462-464), foi publicado pela primeira vez em 1625.

2. Cf. Smith (1986).

3. Cf. Blaeu (1665).

Figura 1 – Terra dos Patos no mapa *Brasilid*. Fonte: David Rumsey Map Collection, David Rumsey Map Center, Stanford Libraries.



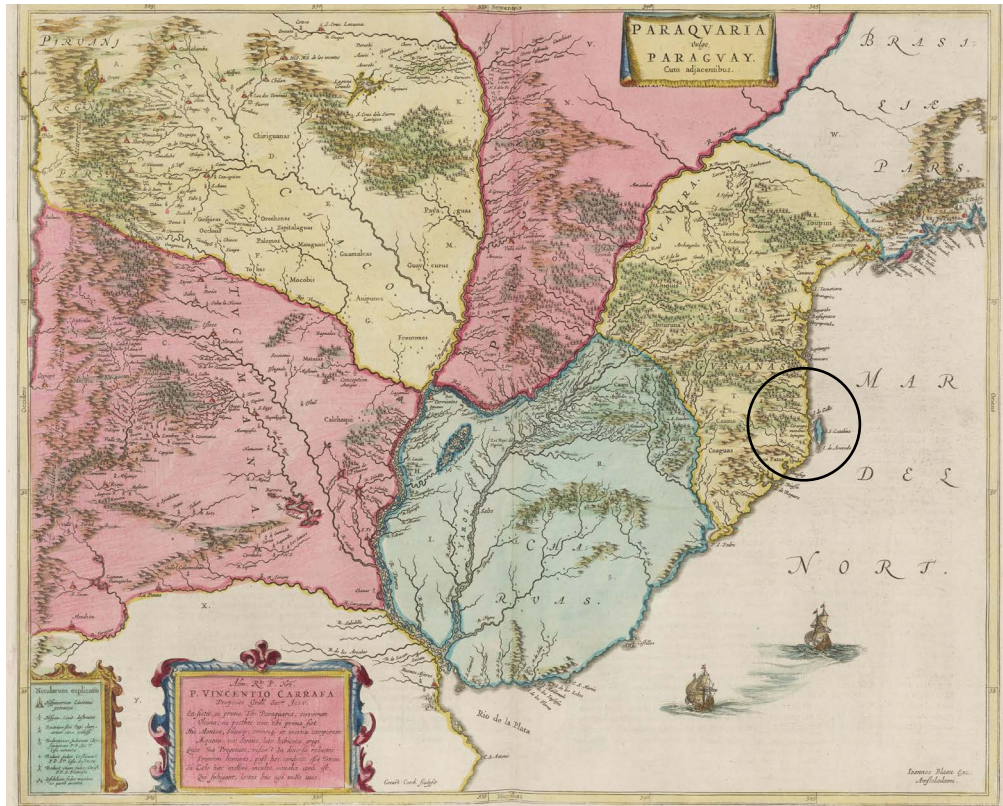


Figura 2 – Los Patos no mapa Paragvária vulgo Paraguay cum adiacentibus. Fonte: David Rumsey Map Collection, David Rumsey Map Center, Stanford Libraries.

A presença do topônimo *Patos* nos mapas serviu à tentativa de identificar uma área no litoral sul do Brasil<sup>4</sup> descrita por viajantes, religiosos, exploradores, cronistas e agentes coloniais. *Patos* ligou-se às dinâmicas do comércio marítimo e da colonização continental desde a segunda década do século XVI e se manteve, até o último quarto do século XVII, como uma região não incorporada aos territórios coloniais europeus. A cartografia pode ser um bom ponto de partida para problematizar como as diversas espacialidades e temporalidades se entrelaçam nas dinâmicas globais da economia e da colonização europeias. John Brian Harley baseou-se em Wallerstein para afirmar que “a economia mundial e sua nova divisão geográfica do trabalho foi produzida com a ajuda de documentos geográficos”<sup>5</sup>. Brotton tratou da imbricação entre cartografia e comércio e explorou os interesses financeiros mobilizados pelos mapas e a maneira como a cartografia comoditizou os territórios.<sup>6</sup> Brotton afirma que o *Atlas maior* foi a expressão de um novo modelo de confecção de mapas, dominado pelos interesses de companhias comerciais e produzido por cartógrafos que desempenhavam funções e cargos no interior dessas empresas. Além de ferramentas eficazes no exercício do comércio marítimo e da colonização, os próprios mapas tornaram-se mercadorias.<sup>7</sup> A relação entre capitalismo e a cartografia holandesa do século XVII foi o tema do livro de Sutton. Para a autora, a retórica expressa nos mapas serviu para legitimar a expansão global holandesa e combinou os domínios político e econômico dessa expansão, sendo indissociável tanto dos interesses comerciais das companhias quanto de suas reivindicações por territórios coloniais.<sup>8</sup>

O ensaio de Harley e os estudos de Brotton e de Sutton abordaram a cartografia com ênfase na retórica e nas representações que denotam os valores e interesses dos Estados e dos grupos sociais dominantes europeus.<sup>9</sup> Essas abordagens são adequadas aos propósitos dos autores e referências relevantes e úteis ao nosso estudo, mas simplesmente aplicá-las aos propósitos deste artigo equivaleria a reduzir complexas relações espaço-temporais a pontos no plano euclidiano dos signos e desígnios europeus.

Neste artigo pretendemos esboçar uma perspectiva que atenda aos anseios de elevar espaços locais, considerados periféricos, ao centro da análise das dinâmicas globais.<sup>10</sup> Tal postura alinha-se à escolha de conciliar as contribuições das perspectivas pós-coloniais e decoloniais aos estudos sobre a emergência e reprodução da economia capitalista em escala mundial.<sup>11</sup> A *Terra dos Patos* pode ser um lugar privilegiado para problematizar a relação entre *localidade* e *globalidade* na época moderna. É a essa tarefa que este artigo se destina. Por razões que esperamos justificar ao longo do texto, empregamos a definição braudeliana de economia-mundo — e sua concepção de longa duração do capitalismo<sup>12</sup> —, tanto para compreender nosso objeto integrado a uma unidade de análise bem mais abrangente quanto para apontar a necessidade de renovar as análises sobre as dinâmicas da economia capitalista diante das atuais demandas por *histórias globais*. Defendemos que o estudo das dinâmicas que envolvem espaços

4. Hoje desaparecidas da toponímia do litoral do estado brasileiro de Santa Catarina, as palavras *dos [de los] Patos* serviram para identificar, em diversos mapas, um porto, rio, lagoa, golfo, baía, barra e mesmo uma “província” (Boiteux, 1917).

5. Harley (2005, p. 52).

6. Brotton (1997, p. 43-44).

7. *Ibid.*, p. 186.

8. Sutton (2015, p. 2).

9. O que alinha os autores, no quadro da expansão na história da cartografia a partir da década de 1980, às abordagens que Edney classificou como socioculturais (EDNEY, 2014).

10. Conrad (2017, p. 107-128).

11. Grosfoguel (2008), Costa (2006, p. 117-134) e Wallerstein (1997).

12. Braudel (2005c, p. 12-16), Wallerstein (1991, p. 21-23) e Arrigui (2016, p. 1-26).

13. Latour (2000).
14. *Ibid.*, p. 371.
15. *Ibid.*, p. 373.
16. Mignolo (2011, p. 1-24).
17. Ginzburg (2002, p. 80-99).
18. Vasconcelos (1658, p. 131).

americanos distantes dos centros econômicos europeus e não diretamente submetidos à administração colonial pode servir para testarmos o potencial heurístico da economia-mundo europeia como unidade de análise. Como em uma via de mão dupla, procuramos também demonstrar a necessidade de redimensionar e reconfigurar as concepções de economia-mundo utilizadas para o estudo da história econômica.

## **PATOS NO JOGO DAS TROCAS**

*Patos* aparece na cartografia europeia por meio de operações que vincularam um espaço geográfico a uma superfície plana e georreferenciada. Como afirmou Latour,<sup>13</sup> essa cartografia foi produzida em centrais de cálculo que transportaram para o mapa informações de diversos espaços-tempo, de modo a reforçar “a crença em que espaço e tempo existem independentemente como estruturas inflexíveis de referência *em cujo interior* ocorreriam acontecimentos e lugares”<sup>14</sup>. Antes de figurar nos mapas holandeses, as informações sobre *Patos* percorreram redes de circulação e acumulação de informações. Seguir as pistas desses circuitos e “empurrar de volta para suas redes essas imensas extensões de espaço e tempo”<sup>15</sup> é uma maneira de reconstruir a espessura espaço-temporal das ligações entre os *Patos* e os centros hegemônicos da economia capitalista. Muitas narrativas (roteiros, crônicas, cartas, tratados, histórias, mapas) serviram de fonte de informações para as centrais de cálculo. O fato de esses documentos estarem profundamente marcados pela colonialidade do poder,<sup>16</sup> e pelas relações de força a elas inerentes, não impede que deles emergam vozes que desafiem os limites das narrativas elaboradas para apreendê-las.<sup>17</sup>

Ara-Abaeté, “índio dos Patos ou *Carijó do Mar*”, surge da crônica do padre jesuíta Simão de Vasconcelos sobre a vida do padre João de Almeida. Ara-Abaeté prezava por ser muito amigo dos padres jesuítas, tanto que se reportava a eles por *caraibebés*, ou *anjo*, na tradução dos padres.<sup>18</sup> Para os indígenas a palavra servia para diluir as fronteiras que os padres acreditavam existir entre os poderes divinos e as “feitiçarias dos gentios”. Em *Patos*, tanto Ara-Abaeté quanto os padres eram reconhecidos como *caraibebés*. Mais que isso, Ara-Abaeté era conhecido como *Caraibebé-Guaçú* — ou Grande Anjo — o “mais afamado, temido e reverenciado de todos”. Vasconcelos descreveu Ara-Abaeté como um temido e poderoso feiticeiro, cujo poder ancestral que transmitiu aos seus filhos, em especial para Ocara-Abaeté, era “notável no espírito de suas profecias e os padres [...] experimentaram muitas delas”. Em uma ocasião, “um famoso corsário” veio ao encontro de Ocara-Abaeté “a fim de tomar-lhe alguma gente que consigo levava”. Com “suas feitiçarias”, Ocara-Abaeté fez surgir dois tigres e os lançou contra o corsário que acabou “pedindo pazes [...] e ele as concedeu, mandou retirar os tigres e ficou mais temido e mais respeitado”. Em outra, “um português” acometeu

Ocara-Abaeté “com sua gente para o cativar, cuidando era outro qualquer índio; porém ele ainda que só entre muitos fez tais visagens de tão estupendas formas, que fez ficar tremendo a todos, imaginando ser outro deus Proteu”. O português e os homens por ele comandados “deram ao pé, embarcando-se muito mais depressa do que vieram” e Ocara-Abaeté “trocou seus tígres em lobos marinhos que arremessados às águas viraram o pobre batelinho” que levava os sertanistas. Ara-Abaeté dizia-se filho de Tupã e como tal tinha poderes sobre os “elementos” e “sobre os caminhos do céu e da outra vida”, caminhos para o céu que, para o *Caraibebé-Guacú*, eram apenas três: “aquela sua região dos Patos; outro por Portugal e outro por Angola”. Mesmos os *índios dos Patos* que viviam como cristãos e acompanhavam os missionários não deixavam de tomar o “bafo santo” de Ara-Abaeté. Em troca dos sopros de boa ventura e de vida longa, os capitães do mato e soldados repartiam com Ara-Abaeté “a melhor parte dos cativos e mais despojos”<sup>19</sup>.

As estratégias de redução missionária, as investidas de exploradores de diversas origens, o comércio marítimo e a escravidão de indígenas são práticas que transbordam à narrativa. Cada um desses temas poderia ser tratado com uma abordagem específica que situasse *Patos* em dinâmicas que lhe são externas e cujos efeitos são sentidos na região. Aliás, podemos encontrar a região citada em estudos que tratam da invasão e destruição de terras e sociedades indígenas,<sup>20</sup> da escravização de indígenas e utilização do trabalho dos escravizados na Capitania de São Paulo,<sup>21</sup> das reduções e missões jesuíticas no Brasil colonial,<sup>22</sup> da formação do espaço econômico do Atlântico Sul,<sup>23</sup> das dinâmicas que conectaram São Paulo ao Império Espanhol no período entre 1580 e 1640.<sup>24</sup> Para reconstituirmos a espessura espaço-temporal da *Terra dos Patos* é fundamental compreender como essas dinâmicas se entrecruzaram.

A escravização de indígenas foi a atividade econômica que estabeleceu uma relação regular entre *Patos* e os ambientes coloniais portugueses. A dimensão que essa atividade assumiu na região é bastante expressiva demograficamente, na área explorada e no período de duração. É difícil definir a quantidade de indígenas escravizados. O bispo do Rio de Janeiro denunciou que, em dez anos, de 1627 a 1637, cerca de 70 a 80 mil escravizados indígenas foram levados dos Patos, restando vivos menos de 12 mil, e que apenas no ano de 1624 “trouxeram da província dos *Patos* [...] por trezentos homens nossos mais de sete mil índios que não chegaram vivos mil”<sup>25</sup>. Para articular a escravização na região a um contexto mais amplo de relações econômicas, há dois autores de referência, John Manuel Monteiro e Luiz Felipe de Alencastro.

Para Monteiro, o planalto paulista se ligou à economia atlântica no século XVII graças às expedições sertanistas de apresamento de indígenas e ao uso dessa mão de obra na triticultura comercial.<sup>26</sup> A “mobilização de grupos de índios guerreiros”, muitas vezes descritos como *tupis*, garantiu aos paulistas a força bélica decisiva para a captura de indígenas Guarani.<sup>27</sup> Monteiro afirma que “quase todos

19. *Ibid.*, p. 131-135.

20. Hemming (2007, p. 360, 392-394, 397).

21. Monteiro (1994, p. 63-68, 78, 145, 165) e Velloso (2018, p. 98-99).

22. Almeida (2003, p. 87, 97, 108-109).

23. Alencastro (2000, p. 76).

24. Vilaradaga (2014, p. 132-133, 181-182, 193, 288, 304, 330, 341-342, 392).

25. Mendonça (1638, f. 297).

26. Monteiro (1988, p. 105-127, 1994, p. 115).

27. *Id.*, 1994, p. 62.

28. Em contraposição à tese de que seriam enviados para os engenhos da Bahia e de Pernambuco (Monteiro, 1994, p. 79; Velloso, 2018, p. 98-99).

29. Monteiro (1994, p. 78).

30. *Ibid.*, p. 65.

31. Alencastro, *op. cit.*, p. 117-154. Cf. Marchant (1980), Dean (1984) e Schwartz (1988, p. 57-73).

32. *Ibid.*, p. 126, 242. Assim, Alencastro encaixa o postulado braudeliano na perspectiva já planteada por Fernando Novais. Para este último, “o tráfico negreiro, isto é, o abastecimento das colônias com escravos, abria um novo e importante setor do comércio colonial, enquanto o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia [...], a acumulação gerada no comércio de africanos, entretanto fluía para a metrópole, realizavam-na os mercados metropolitanos” (NOVAIS, 1986, p. 115).

33. Alencastro, *op. cit.*, p. 194.

34. *Ibid.*, p. 195.

35. *Ibid.*, p. 203, 266.

36. *Ibid.*, p. 168.

37. *Ibid.*, p. 266-271.

38. *Ibid.*, p. 266-269.

os índios capturados pelos sertanistas nesse período [auge do apresamento de indígenas Guarani, entre 1628 e 1640] foram, sem dúvida, integrados à economia florescente do Planalto”<sup>28</sup>. O autor não deixa de fazer a ressalva de que “além do modesto tráfico marítimo entre a região dos Patos e as praças ao norte, parece pouco provável a transferência de muitos cativos diretamente do sertão ou das reduções para os engenhos”<sup>29</sup>. A ressalva justifica-se pelas evidências que ligam o tráfico marítimo de escravos de Patos a um “conluio” entre colonos de São Vicente, Santos e Rio de Janeiro, e que os indígenas escravizados foram transportados para “mercados de escravos da Bahia, Pernambuco e até Portugal”<sup>30</sup>.

Alencastro enumera argumentos já bem conhecidos para justificar a suposta inviabilidade da escravidão de indígenas em comparação à escravidão de africanos: as diversas leis e medidas protetivas, o impacto demográfico das epidemias e a dificuldade de isolar os indígenas de suas comunidades nativas.<sup>31</sup> Não obstante, os motivos fundamentais que limitaram “o comércio de longa distância de escravos índios” seriam de ordem estrutural e, acima de todos, o de não existir “uma rede mercantil apta a empreitar, de maneira regular e em larga escala, as vendas de índios de uma capitania a outra”. Alencastro mobiliza o postulado braudeliano *bouclage impossible, affaire impossible* para defender a hipótese de que o tráfico de indígenas não poderia integrar os circuitos de circulação e acumulação.<sup>32</sup> Ele não deixa de notar a dinâmica da escravidão indígena na primeira metade do século XVII, que atingiu as missões jesuítas espanholas e provocou “uma das operações escravistas mais predatórias da história moderna”. Para o autor, contudo, “as grandes correrias paulistas aconteceram na fase em que a ruptura das atividades negreiras dobra o preço dos africanos no Brasil”<sup>33</sup>. Estruturalmente inviável, o ciclo escravista indígena teria encontrado um “encaixe” temporário nas brechas do comércio europeu e africano.<sup>34</sup> As duas escravidões evidenciariam, assim, diferenças na “geografia sul-atlântica” entre “os peruleiros fluminenses”, que consolidaram sua hegemonia no triângulo Rio-Luanda-Buenos Aires e os “predadores indígenas paulistas”<sup>35</sup>. Para Alencastro, os missionários “e singularmente os jesuítas da África e da América portuguesa, tiveram um papel decisivo” no processo de legitimação do tráfico negreiro.<sup>36</sup> Mais do que legitimar a escravidão de africanos no campo da doutrina religiosa e do direito natural, os inicianos intervieram decisivamente na reconquista da Angola.<sup>37</sup> Quando um clima de desconfiança e instabilidade pairava entre o governador do Rio de Janeiro, Salvador Corrêa de Sá e Benevides, e a população local, o padre João de Almeida usou de sua influência política e da crença em seu poder profético para convocar os colonos a apoiar a guerra em Angola e garantir que a vontade divina daria a vitória aos portugueses.<sup>38</sup>

É difícil circunscrever Patos aos enquadramentos propostos por Monteiro e Alencastro. O tráfico de escravos na região ultrapassava as fronteiras do sertanismo paulista e avançava sobre as dinâmicas do comércio marítimo em uma região frequentada por missionários, por expedições e embarcações de traficantes



de escravos indígenas, contrabandistas de escravos africanos, por corsários e piratas, ou por exploradores que exerciam mais de um desses papéis.<sup>39</sup>

As relações de troca estabelecidas entre os *Carijós dos Patos* e os adventícios eram denominadas de *resgate*.<sup>40</sup> Machados, facas, anzóis, vestimentas e bugigangas eram trocados por mantimentos, redes, peles, tipoias, pelegos, mantas e, principalmente, por indígenas escravizados.<sup>41</sup> Os relatos sobre as práticas do *resgate* na região são inúmeros, e um dos mais detalhados foi redigido pelo jesuíta Jerônimo Rodrigues em sua expedição aos *Patos* na primeira década do XVII.<sup>42</sup> Entre um julgamento moral e outro, é possível perceber que: (1) o comércio, principalmente a venda de escravizados em troca dos *resgates*, orientava práticas locais; (2) existiam “correios ao sertão” para avisar da chegada dos navios, pelo quais os indígenas “logo mandam recado pelas aldeias para virem ao resgate”; e (3) “desconcertos” e “agravos” entre os principais das diversas aldeias eram comuns.<sup>43</sup>

## MIGRAÇÕES INDÍGENAS E A *TERRA DOS PATOS*

A trajetória de Timacaúna, indígena Guarani assassinado em 1622,<sup>44</sup> lança luz sobre as diversas facetas da migração indígena para ambientes coloniais. A rara apuração desse tipo de crime foi ordenada por Martim de Sá, filho de Salvador Correa de Sá e superintendente para assuntos de guerra e administração em São Paulo. Foi também Martim de Sá que emitiu autorização para que Timacaúna, “sua aldeia” e “toda sua gente”, fosse recebido em São Paulo. A devassa apurou que “pombeiros dos brancos”<sup>45</sup>, ou seja, indígenas a serviço dos colonos, invadiram a aldeia, assassinaram Timacaúna e escravizaram os demais.

Um caso semelhante ao de Timacaúna ocorreu como desdobramento de uma missão do padre João de Almeida, que partiu para o “sertão dos Carijós”<sup>46</sup> em 1607. Almeida teria demonstrado habilidade ao negociar com o “afamado” *principal* Saracuruçú e levou consigo para São Paulo cerca de 1.500 indígenas com a promessa de voltar quando os mantimentos plantados nas aldeias de Barueri e Reis Magos estivessem prontos para serem colhidos. A relação de confiança entre Almeida e Saracuruçú foi, ao que parece, construída graças à crença nos poderes proféticos e milagrosos de Almeida, como o de garantir a vitória sobre os inimigos *Aubuçus*. Vasconcelos afirma que o sertanista Manoel Preto “morador em São Paulo [...] grande amigo dos padres” espalhou os “casos admiráveis” sobre Almeida que ouviu dos indígenas e os que “viu com seus olhos”<sup>47</sup>. O episódio teve desfecho trágico: antes das boas notícias de São Paulo chegarem a Saracuruçú, um “desalmado mulato enganador” soube dos planos, se fez passar por um enviado de Almeida, encontrou Saracuruçú, o fez revelar onde encontrar sua aldeia, o matou e escravizou sua gente.<sup>48</sup>

39. Mello (2005).

40. Mesmo termo empregado no comércio escravista europeu na África. Um bom resumo sobre o surgimento e as mudanças de significado do termo pode ser lido em Blackburn (2010, p. 49-56, 97-102).

41. Vasconcelos, *op. cit.*, p. 121.

42. Pe. Jerônimo Rodrigues. “A missão dos Carijós – 1605-1607”, *In Leite*, 1940, p. 196-246.

43. Jerônimo Rodrigues. “A missão dos Carijós – 1605-1607”, *In Leite*, 1940, p. 245.

44. AHU, Capitania de São Paulo, caixa 1, doc. 3. “Translado da Devassa sobre a morte do índio principal Timacaúna”.

45. Monteiro não deixou de notar que *pombeiro* é “uma palavra de origem africana” utilizada para designar “africanos e mestiços que se ocupavam de fornecer escravos do interior aos comerciantes portugueses do litoral” (MONTEIRO, 1994, p. 66).

46. Vasconcelos, *op. cit.*, p. 56.

47. *Ibid.*, p. 69.

48. *Ibid.*, p. 70.

49. Almeida, *op. cit.*, p. 96-101.

50. *Ibid.*, p. 86-87.

51. O mesmo ocorria em São Paulo, onde os aldeamentos inacianos eram conhecidos como “fazendas dos jesuítas”, por se tratar de propriedades particulares que abrigavam verdadeiras aldeias indígenas, e que foram doadas aos jesuítas” (Petrone, 1995, p. 160).

52. AHU, Capitania de São Paulo, caixa 1, doc. 3. “Translado da Devassa sobre a morte do índio principal Timacaúna”.

53. AHU, Capitania de São Paulo, caixa 1, doc. 3. “Translado da Devassa sobre a morte do índio principal Timacaúna”.

54. Franco (1954, p. 326, 425).

55. Zeron (2011, p. 487) afirma que são “as lacunas abertas pelos títulos legítimos de redução de outrem à escravidão que abrem o caminho para os compromissos locais com os demais componentes da sociedade colonial [...], compromissos que permitiam a continuidade de um modo de existência da Companhia de Jesus numa sociedade escravista que ainda dependia fortemente da mão de obra indígena”.

A migração de indígenas para as regiões sob domínio colonial português por meio de alianças com os *princípios* eram denominadas de *descimento*.<sup>49</sup> Almeida defende a hipótese de que a aldeia de São Xavier de Itaguaí, no Rio de Janeiro, originou-se de indígenas dos *Patos descidos* para a ilha de Marambaia, no início do século XVII, e, por iniciativa de Martim de Sá, “foram transferidos para o sítio de Itaguaí próximo à sua fazenda de Santa Cruz”<sup>50</sup>. A edificação do aldeamento próximo à fazenda atendia aos interesses tanto de Martim de Sá quanto dos jesuítas.<sup>51</sup>

No caso Timacaúna, as testemunhas repisaram, com pequenas diferenças, a mesma versão dos fatos: Timacaúna mandou *correio* ao capitão-mor Garcia Rodrigues Velho, já falecido na ocasião da apuração do crime, manifestando seu desejo de migrar com “sua Aldeia” e “sua gente” para a vila de São Paulo. Garcia Rodrigues enviou *correio* com a provisão obtida junto a Martim de Sá para que Timacaúna pudesse fazer a viagem sem sofrer “moléstia alguma”. Enquanto se preparava para a viagem, *pombeiros* a serviço de colonos de São Paulo mataram Timacaúna e prenderam e repartiram os demais indígenas entre “seus amos”<sup>52</sup>. Nenhum religioso é citado no documento. Entre os acusados de enviarem seus *pombeiros* à aldeia de Timacaúna estavam Simião Álvares, Paulo Amaral e mais seis “brancos”<sup>53</sup>.

As denúncias de escravização de índios que estavam em “paz” e eram “amigos” é recorrente na documentação. As testemunhas que reforçam as acusações do processo aberto por Martim de Sá, contudo, são personagens igualmente interessadas na exploração da mão de obra indígena e na administração dos indígenas. Garcia Rodrigues Velho era sertanista, havia comandado em 1612 uma expedição acusada pela Câmara de São Paulo de escravizar ilegalmente indígenas denominados *Bilreiros*. Seu irmão, Francisco Rodrigues Velho, testemunha do processo, era sertanista e ocupava o cargo de provedor das Minas de São Paulo, onde também ocupou o cargo de diretor dos indígenas. Outra testemunha era Antônio Raposo, que ostentava o título de cavaleiro da Casa Real, além de ser experiente sertanista também envolvido em expedições escravistas aos Bilreiros e ter ocupado diversos cargos em São Paulo.<sup>54</sup>

Fosse outro o desfecho das negociações, Timacaúna poderia guardar alguma autoridade sobre sua gente nos aldeamentos administrados por capitães nomeados entre os colonos ou mesmo ser recebido, com sua aldeia, nas terras de algum proprietário em troca de prestação de serviços. Tais espaços, juntamente com as missões, tornavam tênues as fronteiras entre a *tutela* dos indígenas, reivindicada por padres e por colonos, com a justificativa de conversão à religião — o que incluía o uso dos castigos e o estabelecimento de rotina de trabalho —, e a escravização propriamente dita. Tanto o direito de tutela quanto o direito de escravizar indígenas inimigos em *guerras justas* eram aceitos, de forma geral, por colonos, missionários e autoridades régias. O que estava em jogo era o domínio pelo exercício dos instrumentos, tanto para exercer o poder legal quanto para gerir as ilegalidades.<sup>55</sup> As denúncias e autos de investigação são mais bem compreendidos, portanto, no âmbito das disputas políticas

inerentes às sociedades coloniais do Antigo Regime<sup>56</sup> do que com firmes tomadas de posição sobre os direitos dos indígenas.

Aos guarani dos *Patos*, o *descimento*, como vimos, foi uma alternativa à escravidão, mas algumas lideranças decidiram tentar um caminho diverso em suas negociações com os inacianos e com as autoridades coloniais. Em 1617, o padre João de Almeida, então residente em São Paulo, foi chamado ao Rio de Janeiro por ordem do provincial Pedro de Toledo. Aparentemente, o objetivo da missão, apoiada por Salvador Correa de Sá,<sup>57</sup> era o mesmo das anteriores: convencer lideranças indígenas dos *Patos* a migrarem para os aldeamentos coloniais. Almeida parece ter conquistado a confiança dos indígenas, primeiramente com os *resgates* e, depois, com o reconhecimento de seus poderes de revelação, profecia e outras “maravilhas”. O padre retornou ao Rio de Janeiro com seis “embaixadores” dos *Carijós* e com um audacioso plano. Simão de Vasconcelos testemunhou a eloquência da retórica de dois desses embaixadores, Araiabé e Igará-Guaçú, no Colégio dos Jesuítas no Rio de Janeiro, em defesa do estabelecimento de uma missão nos *Patos*, algo estranho à política de *descimentos*. A missão não teve sucesso ao se estabelecer na região em 1622, e Almeida retornou a São Paulo. Os feitos “maravilhosos” de Almeida, nos quase trinta anos seguintes em que residiu em São Paulo, incluem curas e profecias que o colocaram em proximidade e amizade com diversos sertanistas e senhores de indígenas escravizados.<sup>58</sup> Não era um caso particular, pois, como afirma Zeron, os jesuítas “adotam um discurso duplo” entre uma postura combativa nas correspondências com as instâncias superiores e um jogo de alianças e de bons relacionamentos com os colonos.<sup>59</sup>

A presença dos embaixadores indígenas no Rio de Janeiro pode ter sido decisiva para que de Roma e de Lisboa chegasse aprovação para o empreendimento, mas a expectativa de estabelecer a presença colonial portuguesa na região precisa ser considerada. Na *Terra dos Patos*, o interesse pela migração de indígenas para os ambientes coloniais era cada vez mais articulada ao desejo de conquistar e explorar as terras indígenas. Não faltava aos ingleses, franceses e holandeses o desejo de explorar as costas atlânticas da região,<sup>60</sup> mas eram espanhóis e portugueses que de fato investiam na conquista e colonização dos territórios continentais entre a costa atlântica e os rios da bacia do Prata.

Em 1627, o cartógrafo português João Teixeira Albernaz descreveu a “costa do Estado Brasil” em um conjunto de mapas.<sup>61</sup> No primeiro deles, que representava o Brasil da costa do Maranhão ao Rio da Prata, *Patos* aparece cobrindo uma grande área ao sul de Cananeia. Já no mapa dedicado a uma parte do litoral sul o cartógrafo, descreveu que na “costa [...] está um porto a que chamam Upava, é toda esta terra baixa ao longo do mar fértil de gados e mantimentos, os habitantes da terra é gente doméstica a que chamam os Patos”<sup>62</sup>.

Se não é difícil deduzir da retórica do mapa de Albernaz o convite à conquista da terra, dos corpos e almas indígenas, soma-se a ela a expectativa de encontrar riquezas

56. Bethencourt (2010, p. 253-254).

57. Vasconcelos, *op. cit.*, p. 104.

58. *Ibid.*, p. 171-183.

59. Zeron (2011, p. 489).

60. Mello, *op. cit.*

61. Albernaz (1627).

62. *Ibid.*, f. 9.

63. Vasconcelos, *op. cit.*, p. 118.

64. Holanda (2000, p. 103) e Doré (2020).

65. Boxer (1973, p. 315).

66. Doré, *op. cit.*, p. 187-188.

67. *Ibid.*

68. AHU, São Paulo, caixa 1, doc. 2. "Representação da Câmara da vila de Santos ao rei Felipe II". Santos, 23 Jan e 1619. (REIS FILHO, 2013, p. 79, 209-210).

69. *Ibid.*, p. 209-210.

70. *Ibid.*, p. 79.

71. Vilardaga (2014, p. 208-210)

72. Fradkin e Garavaglia (2016, p. 31-32).

minerais na região. Vasconcelos afirmou que nas serranias dos *Patos* havia “muitas minas de rica predaria, ferro, chumbo, prata e ouro” e sugeriu que as riquezas minerais da região poderiam exceder as de Potosí.<sup>63</sup> A afirmação de Vasconcelos expressava ideias já enraizadas no Brasil português: “o que se queria encontrar no Brasil era o Peru, não era o Brasil”, afirmou Sérgio Buarque de Holanda.<sup>64</sup> Para Boxer, foi essa expectativa a principal razão do frustrado desejo, manifesto formalmente por Benevides ao rei português em 1646, de “governar uma província autônoma situada naquela região, tendo as mãos completamente livres, como capitão-general, administrador-geral das minas e donatário da projetada capitania”<sup>65</sup>. É preciso considerar, contudo, o uso estratégico e retórico, por parte dos missionários e elites coloniais, dessa “cartografia da promessa”<sup>66</sup>. Não sabemos até que ponto os agentes coloniais compartilhavam das especulações dessa imaginação geográfica, mas o fato é que ela foi mobilizada para convencer a Coroa portuguesa a atender a solicitações e interesses imediatos<sup>67</sup> em relação à *Terra dos Patos*: a concessão de cargos e mercês, a autorização para *descimento*, guerra e/ou tráfico de indígenas, a abertura e o controle de rotas de comunicação, e mesmo o estabelecimento de ambientes coloniais.

A realidade da exploração mineral nas capitanias do sul no século XVII não fez frente às riquezas de Potosí, mas foram significativas na economia local, pois desenvolveram-se articuladas a outras atividades econômicas. Três gerações da oligarquia Sá estiveram profundamente envolvidas nas pesquisas e na exploração mineral. Em 1619, Martim de Sá chegou a São Paulo com o objetivo de desenvolver as minas da capitania, em assistência ao seu pai, que ostentava o cargo de superintendente geral das minas do Brasil.<sup>68</sup> Reis Filho demonstra que as mesmas áreas apontadas por Monteiro como de maior concentração de escravos indígenas e de desenvolvimento da triticultura eram também próximas às áreas de mineração dos rios Juqueri e Jaguarí<sup>69</sup> e que “os trabalhos de bateamento nas areias e ribeirões eram realizados por índios, inclusive os das aldeias dos padres”<sup>70</sup>. A mineração de ferro também foi importante, sobretudo para a produção de ferramentas e utensílios para os *resgates*, além de servir para pagamento aos serviços prestados por indígenas.<sup>71</sup>

## A AMÉRICA INDÍGENA E AS DINÂMICAS COLONIAIS

Nos ambientes coloniais do Paraguai e do Rio da Prata, a prática do *servicio personal* não era menos conflituosa do que o estatuto da *administração* nos domínios coloniais portugueses. Autoridades metropolitanas e missionários acusavam os *encomenderos* de violação do direito natural dos indígenas nas duas modalidades de exploração do trabalho nas *encomiendas*: a *mita* e o *yanaconaazgo*.<sup>72</sup> A presença missionária jesuítica no Paraguai foi antecedida por missões franciscanas que, a partir de 1580, se concentraram nas imediações das propriedades dos colonos de Assunção e visavam os indígenas já integrados ao sistema de *encomiendas*, cuja implantação, em 1555, foi



sucedida por inúmeros levantes, rebeliões e sucessivas leis, *ordenanzas* e *cédulas reales* que visavam normatizar e disciplinar o acesso à mão de obra indígena.<sup>73</sup> As rebeliões e migrações massivas de indígenas diante da pressão exercida pelos colonizadores do Paraguai fez diminuir drasticamente o contingente de indígenas guarani *encomendados*.<sup>74</sup> Já as missões jesuíticas espalharam-se para regiões mais distantes, fora do raio de ação dos *encomenderos*,<sup>75</sup> em terras que já eram percorridas por agentes coloniais, vassalos de Portugal e da Espanha, guiados por indígenas, desde a primeira metade do século XVI.

A fundação de Santa Fé em 1573, de Corrientes em 1588 e a refundação de Buenos Aires em 1580 serviram como bases para a integração da América hispânica ao Atlântico pelos rios da bacia do Prata. As terras entre o Rio da Prata e São Vicente eram cobiçadas pelos espanhóis e a presença desses a oeste da *Terra dos Patos* tornou-se cada vez mais intensa. Em 1587 foi produzido um relato de uma viagem feita de Buenos Aires à Bahia sob as ordens do bispo de Tucumán para “trazer os religiosos da Companhia de Jesus e descobrir o caminho do Rio da Prata até *Viaza*<sup>76</sup> e dali ao Brasil”<sup>77</sup>. Na escala no Rio de Janeiro, a expedição foi recebida por Salvador Correia de Sá, que “por ser conhecido dele Sr. Bispo de Tucumán lhe enviava um presente de conserva e outros regalos”. Na viagem do Rio de Janeiro para Buenos Aires a comitiva foi saqueada por embarcações inglesas que levaram consigo um mercador que fazia parte da expedição, fato que frustrou a população da cidade de destino, que esperava receber, além dos padres, “ferramentas para a terra, vestimentas e outras coisas para eles de muita importância”<sup>78</sup>. Em 1608 uma *Real Cédula* enviada à *Real Audiencia de la Plata* pede o parecer desse órgão de justiça sobre a importância alegada pelos governadores do Paraguai e do Rio da Prata de se povoar os portos mais importantes e úteis ao norte de Buenos Aires, particularmente “*Viaza* y Santa Catalina, puertos muy capaces y de gran fortaleza y fertilidad, y de muchos indios, y que se puede todo andar por tierra”<sup>79</sup>. Em 1609 o governador do Rio da Prata, Hernando Arias de Saavedra, escreveu ao rei para tratar especificamente sobre “a província de *Viaza* e porto de Santa Catarina, suas qualidades, disposição e naturais conforme o foi ordenado per Real cédula”. No documento, Hernandierias estima a população indígena da indefinida região de *Viaza* em 100 mil e recomenda a fundação de dois *pueblos*, além de sugerir que Cananeia fosse tomada dos portugueses por estar nas terras castelhanas e para evitar a escravização dos indígenas.<sup>80</sup> Em 1612, Ruy Díaz de Guzmán descreveu: “*Laguna de Los Patos* como [...] muito fértil de mantimentos e muito cômoda para fazer engenhos de açúcar [...] há no assento e comarca 10.000 índios Guarani, tratáveis e amigos dos espanhóis” e acrescentou “daqui ao porto de D. Rodrigo haverá quatro léguas, que é acomodado para o comércio desta gente, e a seis léguas adiante está a ilha de Santa Catarina [...] toda ela de grandes bosques [...] e muito boas águas, e muito caudalosas para engenhos de açúcar”<sup>81</sup>.

No começo do século XVII a erva-mate já era a principal mercadoria produzida no Paraguai, e a economia da região estava integrada aos circuitos mercantis do Peru

73. Avellaneda (2014, p. 39-40) e Fradkin e Garavaglia, *op. cit.*, p. 50-53.

74. Avellaneda, *op. cit.*, p. 35-38, e Necker (1990).

75. Jackson (2004).

76. A região denominada como *Viaza* não aparece nos mapas e relatos de forma bem definida. Pela documentação espanhola é possível localizá-la a leste de Tape, em uma área que se estenderia até o Atlântico, tendo seu porto na atual cidade de Laguna, referenciada nos mapas e relatos espanhóis também como *Mbiazá*, *Biassá*, *Laguna de los Patos* e outras variações desses topônimos.

77. Relación del viaje del Brasil que por mandato del Reverendísimo señor Obispo de Tucumán se ha hecho [...] 1587 (Pastells, 1912, p. 31-45).

78. *Ibid.*, p. 42, 44.

79. Real Cédula al Presidente y Oidores de la Real Audiencia de la Plata [...], 1 Nov. 1608 (Pastells, 1912, p. 140).

80. Segunda relación del Gobernador del Río de la Plata Hernando Arias de Saavedra a S. M., sobre la provincia del *Viaza* y puerto de Santa Catalina, 5 Dez. 1609 (Pastells, 1912, p. 140).

81. Guzmán (1835, p. 5-6).

82. Assadourian (1982) e Moutoukias (1988).

83. Garavaglia (1983), Carbonell de Masy (1992) e Gascón (2017).

84. Avellaneda, *op. cit.*, p. 122-125.

85. Neumann (1996, p. 51-53).

86. Jackson (2004, p. 132) chama a atenção para o fato de os dados serem pouco confiáveis, uma vez que “los líderes nativos escondían a los tributarios y muchos optaron por no pagar sus obligaciones [...] migrando a las ciudades españolas o a otros pueblos”.

87. Hemming, *op. cit.*, p. 395.

88. Cf. Langer, *op. cit.*

89. Avellaneda, *op. cit.*, p. 49-51.

90. A região foi assim caracterizada por diversos autores, entre eles Boxer, *op. cit.*, p. 234, 308, 391.

91. Vilardaga, 2014, p. 289.

e do mercado atlântico.<sup>82</sup> As atividades econômicas desenvolvidas nas missões variaram no tempo e no espaço, mas é possível afirmar que, além de produção para o autoabastecimento, a produção de excedentes, a criação de gado e, principalmente, a exploração da erva-mate inseriram as missões na esfera de circulação de mercadorias e se tornaram fonte de recursos para a manutenção e expansão das missões e para o fortalecimento econômico da Companhia de Jesus,<sup>83</sup> o que também alimentou as tensões, que perdurariam por mais de um século e meio, entre as elites locais e missionários.<sup>84</sup> Embora submetidos a uma rígida disciplina de trabalho nas missões e de prestarem serviços fora dos ambientes missionários, a vida nos aldeamentos jesuítas parecia, há muitas parcelas de povos guarani, uma alternativa preferível aos constantes conflitos acirrados pela intensificação das expedições escravistas portuguesas e pelos abusos e vicissitudes do desgastado sistema de *encomiendas* dos espanhóis.<sup>85</sup>

A partir de 1609 os jesuítas se estabeleceram nas regiões de Iguazu, Tape e Guairá, fixando-se em terras hoje pertencentes ao Paraguai, Argentina e Brasil. Até 1631, os jesuítas alcançaram regiões do atual estado brasileiro do Paraná e, em 1626-1627, havia quase 20 mil indígenas registrados como *tributarios* das oito missões do Guairá.<sup>86</sup> Em 1630, Montoya estimou a presença de mais de 52 mil indígenas nas reduções do Tape e de 35 mil nas do Guairá.<sup>87</sup> No mapa “*Paraguaria*” — expressivo da interação entre jesuítas e indígenas<sup>88</sup> — é possível observar que Guairá, ao norte, e o Tape, ao sul, deixavam os *Patos* entre os dois conjuntos de missões jesuíticas espanholas. As missões de San Miguel e San Antonio, fundadas em 1626, eram as mais próximas ao norte e estavam localizadas em terras de domínio de indígenas do tronco linguístico Jê (kaingang e xokleng). De acordo com o jesuíta Ruiz de Montoya, as milícias guarani aliadas aos inacianos livraram do cativo os kaingang que haviam sido surpreendidos por um ataque de sertanistas portugueses e, com isso, conseguiram apoio de dez líderes, que solicitaram a fundação de missões em seu território.<sup>89</sup> Ao sul, as missões fundadas entre 1623 e 1633, ao longo dos rios Uruguai, Ibicuí e Piratiní, se aproximavam cada vez mais das terras dos *Carijós do Mar*.

As investidas portuguesas no Guairá antecedem e são contemporâneas à edificação das missões na região. O espaço guarirenho e, de forma mais geral, o espaço no interior do triângulo formado por Assunção, São Paulo e Rio da Prata não era *no man's land*.<sup>90</sup> Em 1607, o já citado Manoel Preto, muito provavelmente na mesma expedição que depois se juntou ao padre João de Almeida, atacou a região, e seu irmão, Sebastião, voltaria a fazê-lo em 1612. A documentação sugere que ao menos parte dos indígenas trazidos do Guairá abandonou por sua própria vontade as *encomiendas* para se juntar aos paulistas.<sup>91</sup> Embora as historiografias nacionalistas ou regionais do Brasil, do Paraguai e da Argentina cultivem, por um lado, a apologia, e, por outro, a *legenda negra* em relação aos *bandeirantes* de São Paulo, o espaço guarirenho, como muito bem demonstrou Vilardaga, pode ser compreendido como constituído nas relações entre espanhóis, portugueses e

diversos povos indígenas, inclusive com um contínuo comércio de contrabando por caminhos de terra entre os ambientes coloniais portugueses e espanhóis e espaços indígenas não coloniais. Esses intercâmbios envolviam uma rede de atores que abarcava desde o mais alto escalão das autoridades coloniais aos indígenas (a serviço dos sertanistas ou aliados aos irmãos da Companhia de Jesus).<sup>92</sup> Vilardaga mapeou as redes de parentesco e de negócios entre colonos da região do Guairá e de São Paulo e identificou a intensificação do intercâmbio de mercadorias a partir de 1600 até 1631. O rol de mercadorias envolvidas nas trocas era diversificado. Havia troca mútua de tecidos, peças de vestuário e objetos de luxo. Além desses itens, as expedições partiam com as costumeiras mercadorias para o *resgate* com os indígenas. De São Paulo para o Paraguai é importante notar o fluxo de africanos escravizados, identificados como “negros de Angola” e, no sentido inverso, a erva-mate era o principal produto.<sup>93</sup>

A intrincada ligação dos espaços coloniais portugueses e espanhóis entre si e destes com os territórios indígenas fica evidente nos acontecimentos que entrelaçaram as trajetórias de Luís Céspedes e Xeria (governador do Paraguai) e de Salvador Correia de Sá e Benevides, e de ambos com o sertanista paulista Manoel Preto. Benevides e Céspedes e Xeria tornaram-se parentes com o casamento deste com a prima de Benevides, Vitória de Sá. Depois do casamento, Céspedes e Xeria partiu, em 1628, para assumir o governo, e pouco mais de um ano depois Benevides acompanhou a comitiva que levou sua prima ao Paraguai. Ambas as expedições fizeram o trajeto por São Paulo e foram acompanhadas, ao menos em boa parte do trajeto, por Manoel Preto.<sup>94</sup> No período em que se manteve no poder (1628-1633), Céspedes e Xeria tomou medidas que desagradaram os jesuítas, entre elas o envio de dois espanhóis para a região do Tape, com o intuito de negociar com os indígenas a fundação de um porto em Mbiazá para estimular o comércio do Paraguai com o litoral do Brasil,<sup>95</sup> dando continuidade, portanto, a um projeto já delineado décadas antes.

Manoel Preto foi líder de alguns de uma série de ataques em Guairá entre 1628 e 1631. No período entre a chegada dos sertanistas em Guairá, em 1628, e a intensificação dos ataques, em 1629, houve um período de paz. Os jesuítas entregaram alguns indígenas das missões, supostamente fugidos de São Paulo, enquanto os sertanistas investiam contra os *gentiles* que viviam fora do espaço das missões. O estopim para o fim desse curto período de paz foi a presença do líder indígena Tataurana na missão de San Antonio. Os sertanistas alegavam que, alguns anos antes de se integrar à missão, Tataurana havia fugido com sua aldeia das terras de Simião Álvares.<sup>96</sup> A sequência de ataques provocou a migração dos jesuítas e de uma fração dos indígenas missionários para o lado ocidental do rio Paraná<sup>97</sup> e, também, a migração de *encomenderos* e indígenas para os domínios portugueses.<sup>98</sup>

92. *Ibid.*, p. 307-313.

93. *Id.*, 2017, 2019, p. 680.

94. *Id.*, 2019, p. 668.

95. Avellaneda, *op. cit.*, p. 51.

96. Relação feita pelos padres Justo Mancilla e Simão Masseta, *In Manuscritos da Coleção De Angelis*, editado por Jaime Cortesão (1951, p. 310-339).

97. Avellaneda, *op. cit.*, p. 54.

98. Vilardaga (2019, p. 669-690).

99. Representados com bastante destaque no mapa “*Paraquaria*”.

100. Boxer, *op. cit.*, p. 108.

101. Pastells, *op. cit.*, p. 489.

102. Canabrava (1984, p. 82) e Assadourian, *op. cit.*, p. 64.

103. Casos semelhantes ao de Benevides foram analisados em minucioso estudo sobre a presença portuguesa no Peru durante a União Ibérica (VENTURA, 2005, p. 131-201).

104. Simón de Maceta, 1630 *apud* Taunay (1925, p. 112).

Benevides não tomou, ao menos não diretamente, parte da ofensiva ao Guairá. Com cerca de trinta de anos de idade ele já era reconhecido por vitórias militares alcançadas no litoral do Brasil no comando de tropas formadas por indígenas e chegou ao Paraguai em um momento de acirramento das guerras contra os payaguá, guaycuru e calchaqui.<sup>99</sup> Os calchaqui, em 1630, se amotinaram contra os *encomenderos* da região de Tucumán em uma rebelião vencida pelos colonizadores apenas em 1635.<sup>100</sup> Supostamente responsável pela morte de um dos principais líderes da revolta, o cacique D. Pedro Chumai, Benevides recebeu, em 1632, um requerimento feito pela elite local e pelos padres da Companhia de Jesus em Tucumán para que não deixasse a cidade, que em razão de sua ausência poderia ser “infestada de los inimigos”<sup>101</sup>. A ação dos jesuítas na defesa dos indígenas das missões e das *encomiendas* serviu também à construção de instáveis fronteiras simbólicas entre estes e os indígenas hostis e/ou infiéis, contra os quais se reconhecia o direito à guerra justa e à escravização. Embora fosse evidente o interesse dos *vecinos* de Tucumán no comércio entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro<sup>102</sup> e na fundação de um porto em *Patos*, Benevides pareceu mais preocupado, após casar-se em Tucumán com a dona de uma considerável fortuna, em explorar a rota até o Alto Peru.<sup>103</sup> Em 1635, Benevides retornou ao Rio de Janeiro, onde assumiu o posto de governador em 1637.

Após deixar a região do Guairá, Manoel Preto retornou para São Paulo e de lá partiu, ainda em 1629, em direção aos *Patos*, em uma expedição que teria como objetivo colonizar o litoral de Santa Catarina. Das muitas facetas que assumiu ao longo da sua trajetória, Manuel Preto, nas palavras do jesuíta Simon Maceta, foi “morto com muitas boas flechadas que lhe deram os índios”. Ainda de acordo com o padre, que descreveu Preto como um homem cruel e “desgraçado”, “os parentes e os demais de sua companhia voltaram com os índios que puderam cativar”<sup>104</sup>. A exemplo do que ocorreu em Guairá, no Tape, entre 1636 e 1639, as missões jesuíticas espanholas foram abandonadas em razão dos conflitos entre as expedições escravistas, espanholas e portuguesas, o projeto expansionista das missões e as disputas e diversidade de interesses entre os povos indígenas.

É difícil mensurar quanto os conflitos no Tape, particularmente no extremo leste dessa região, algumas vezes denominada *Viaça*, impactaram *Patos*. Por outro lado, é possível perceber as profundas transformações ocorridas na região no período entre o final do século XVI e a primeira metade do século XVII, em decorrência do impacto demográfico da escravização de indígenas e das epidemias, da constituição ou ampliação de redes de alianças e de comunicação, da circulação de mercadorias, ideias, valores e crenças, das mudanças nas dinâmicas territoriais dos diversos povos indígenas e ainda da incorporação de plantas e animais exóticos ao ambiente, com destaque para o gado cavalari e *vacum*. Este último, desgarrado dos ambientes coloniais, reproduziu-se de forma espantosa pelas pastagens naturais, formando imensos rebanhos selvagens que se tornaram uma das principais riquezas a serem exploradas na região. Nenhuma dessas



transformações, muitas delas brutais e profundas, foram capazes de varrer do mapa, e do espaço geográfico, a *Terra dos Patos*.

As expedições de sertanistas de São Paulo foram decisivas para o esfacelamento das missões, mas não parecem ter sido de pouca importância as ações dos grupos guarani que decidiram não se aliar aos missionários espanhóis. A organização política dos guarani — divididos em pequenos grupos relativamente distantes uns dos outros — e a itinerância de suas práticas agrícolas e extrativistas são elementos que compõem o que Bartolomeu Melià definiu como “o modo de ser Guarani”<sup>105</sup>. O autor traduz a palavra guarani *tekoha* como “lugar de modo de ser” e afirma que a “espacialidade” é uma categoria fundamental, uma vez que a *tekoha* está ligada “essencialmente ao modo como os índios viviam o espaço geográfico”<sup>106</sup>. Cada grupo ou alguns grupos aliados procuraram estratégias distintas de afirmação e reconstrução de suas espacialidades que poderiam, inclusive, colocá-los uns contra os outros. As ações dos indígenas dos *Patos* ganham novos significados se vistas à luz dos elementos que compõem o “lugar de modo de ser Guarani”. A *Terra dos Patos* emerge e permanece nos mapas, e no espaço geográfico, como resultado dessa miríade de movimentos protagonizados pelos *Carijós do Mar*.

## PATOS E A ESPESSURA ESPAÇO-TEMPORAL DA ECONOMIA-MUNDO

Após mergulhar na densa camada de relações que ligou a região dos *Patos* às dinâmicas coloniais e mercantis, nossa tarefa é reencontrar os pontos que deixamos soltos no começo do artigo a respeito da inserção da região dos *Patos* na produção cartográfica e na economia-mundo europeias. A sofisticada análise de Sutton sobre a relação entre capitalismo e cartografia nos mapas holandeses do século XVII repousa em dois pressupostos consolidados na nova história da cartografia: os mapas constituem uma retórica que legitima relações de poder<sup>107</sup> e são capazes de revelar muito mais sobre a sociedade em que são criados do que sobre os territórios que representam.<sup>108</sup> Para Sutton a cartografia foi uma expressão pictórica da “episteme capitalista” holandesa. A autora defende a hipótese de que os mapas estavam em consonância com o racionalismo econômico e as concepções emergentes de direito de propriedade, especialmente com as ideias de Grotius.<sup>109</sup> Para Sutton, a noção de *res nullius*, fundamental para que Grotius defendesse a liberdade de navegação nos mares, serviria também à representação das áreas continentais.<sup>110</sup> A perspectiva holandesa geraria protestos de competidores europeus que definiam seus direitos de conquista por tratados que nem sempre levavam em conta o domínio efetivo das terras demarcadas. Aos indígenas restaria pouco espaço de ação e o subsequente deslocamento ou subjugação.<sup>111</sup>

105. Melià (2016).

106. *Ibid.*, p. 8.

107. Harley, *op. cit.*, p. 79-112.

108. Cf. Edney (2007). Ver também Wood e Fels, 1986.

109. Sutton, *op. cit.*, p. 16, 72.

110. *Ibid.*, p. 94.

111. *Ibid.*, p. 14.

112. Herzog (2019).

113. *Ibid.*, p. 278.

114. *Ibid.*, p. 41.

115. Benton (2010, p. 4-5, 288).

116. Souza (2006, p. 67-70).

117. No principal dicionário português do século XVIII, de Raphael Bluteau, registram-se três definições para a palavra *Patos*, sendo uma delas, “índios do Brasil, de nação Carijós. Deles dá ampla notícia o Padre Simão de Vasconcelos (1658) e Bluteau (1728, p. 119).

118. Ginzburg, *op. cit.*, p. 98-99.

119. Mignolo (2003, p. 53).

Importante para o debate sobre a natureza tanto da cartografia quanto da colonização europeia na América, o princípio do *res nullius* foi discutido nos estudos de Herzog<sup>112</sup> e de Benton e Strauman, em perspectiva diversa à de Sutton. De acordo com Herzog, os indígenas “pacificados e catalogados como membros de comunidades espanholas e portuguesas ou completamente eliminados [...] foram a verdadeira *terra nullius*, o objeto real que foi ocupado”<sup>113</sup>. Para exemplificar o argumento de que “as intenções originais dos que percorriam o território eram tão importantes quanto as suas mudanças ao longo do tempo”, Herzog afirma que “até o século XVIII os paulistas pouco se importariam com o território [...], seu principal interesse residia na captura de índios para escravizar e no estabelecimento de rotas comerciais”<sup>114</sup>. Benton e Straumann afirmam que, embora o uso do princípio de *res nullius* no direito internacional tenha origem no começo do século XVII — para defender a livre navegação —, ele não serviu às necessidades de justificar a expansão territorial dos impérios até a segunda metade do século XVIII. Nessa perspectiva, o poder exercido por europeus na América, no século XVII, era mais voltado ao exercício da soberania régia sobre as pessoas, ou seja, o direito de *imperium*, do que do poder territorial fundamentado na posse de terras, ou seja, no *dominium*.<sup>115</sup>

Mesmo sob a ótica europeia e colonialista, portanto, é muito questionável e frágil o argumento de que as terras americanas não efetivamente colonizadas eram consideradas vazias. A *Terra dos Patos* ou *Los Patos* não o era, e conseguimos comprovar isso por diversos meios. Da mesma maneira, nos parece frágil a afirmação de que antes do século XVIII a dominação territorial estaria em segundo plano. Mesmo tendo acordo com a posição de que devemos renunciar às abordagens que apontam para uma simples continuidade na conquista territorial europeia na América entre os séculos XVI e XIX, não nos parece que no século XVII a conquista da terra fosse uma resultante da soberania sobre os súditos e, nesse ponto, é preciso compreender a distinção entre o exercício do poder no Antigo Regime na Europa e o caráter colonial e escravista da experiência americana.<sup>116</sup>

Nossa hipótese é que a permanência dos *Patos* como uma terra sob domínio indígena — ainda que fortemente impactada pela escravização e pela violência — deveu-se, sobretudo, às estratégias e ao protagonismo indígenas, em um espaço e momento específicos nas relações de força entre eles e os agentes coloniais, agentes esses que tinham evidentes interesses de conquistar — além da fidelidade, das almas e da força militar e de trabalho dos indígenas — as terras e suas reais e imaginárias riquezas. *Patos*, portanto, era reconhecidamente habitada por indígenas, e essa presença está marcada na cultura geográfica da colonização<sup>117</sup> como uma fenda a permitir que outras vozes emergam<sup>118</sup> para que se torne possível reconstruir a história da América colonial a partir de um *paradigma outro*.<sup>119</sup> Ou, mais especificamente, para que possamos lançar luz sobre a história de uma América que não é propriamente portuguesa, espanhola ou de qualquer outra potência europeia, mas que igualmente não é parte de outra história alternativa ou

paralela de uma América indígena intocada e imemorial.<sup>120</sup> Trata-se de uma *história outra* dessa mesma América conquistada e colonizada.

*Patos* está longe de ser um caso único. A noção de *middle ground*, de Richard White, tem sido utilizada para definir espacialidades nas quais nem o poder colonial nem as sociedades indígenas conseguem se impor sem o compartilhamento de formas de exercício de autoridade tanto indígenas quanto europeias.<sup>121</sup> No caso específico dos *Patos* o domínio indígena sobre o território fragiliza a ideia de compartilhamento de regras entre europeus e indígenas. Os estudos que empregam a noção de *fronteira*<sup>122</sup> para caracterizar a complexidade das disputas entre europeus e indígenas, tratar do choque e da circulação de ideias e crenças e para explicar o processo de incorporação de espaços e pessoas às dinâmicas coloniais permitem situar os *Patos* em sincronia a outros espaços fronteiriços. Também são importantes os estudos que destacam o papel dos agentes intermediários<sup>123</sup> e de suas ações locais tanto na configuração dos espaços americanos quanto para a compreensão de suas conexões globais.

A construção da autoridade dos indígenas dos *Patos* sobre sua gente e suas terras foi gestada no processo de inserção de um espaço geográfico às dinâmicas da economia-mundo europeia. A defesa da noção de economia-mundo como adequada às abordagens que se pretendem globais, particularmente para o campo de história econômica, exige alguma reflexão a respeito de seu uso para espaços como *Patos*.

As disputas, alianças e conflitos em torno do acesso e controle do trabalho dos indígenas dos *Patos* fizeram parte de um jogo onde diversos agentes coloniais atuaram de forma complexa em uma realidade que transcende a prática regional dos *mamelucos paulistas*. Os estudos mais recentes têm demonstrado que a escravidão de indígenas — para não falarmos da exploração do trabalho nas missões e aldeamentos — integrou as paisagens coloniais de diversas partes da América entre os séculos XVI e XVIII.<sup>124</sup> O comércio de *resgate* vinculou *Patos*, assim como diversas outras regiões, na África e na América, aos jogos das trocas em escala global. É muito limitador caracterizar o *resgate* como uma forma de escambo, tanto por circunscrevê-lo espacialmente ao local quanto por situá-lo no tempo em um processo de “transição” para outras práticas.<sup>125</sup> Reunir todo o necessário para comerciar com os indígenas exigia o acúmulo de recursos econômicos e humanos. Muitas das mercadorias que serviam aos europeus para o *resgate* eram produzidas não apenas em ambientes coloniais, mas também eram trazidas da Europa para a América, seja diretamente por meio das embarcações que da Europa tinham como destino ou ponto de parada os portos atlânticos, seja adquiridas nos portos coloniais americanos para servir ao comércio costeiro de cabotagem ou em rotas terrestres. Também as mercadorias vendidas pelos indígenas, que além de *negros da terra* e mantimentos, comercializavam peles, redes, tipóias, pelegos e mantas, circulavam em ambientes coloniais americanos, na Europa e nos portos de parada

120. Boccara (2003, p. 72).

121. White (2011, p. 50-93).

122. Além dos estudos já citados ao longo do artigo, destacam-se Farage (1991), Garcia (2007), Carvalho (2014), Boccara (2005), Langfur (2005) e Wilde (2018).

123. Além dos já citados, cf. Gruzinski (2014) e Metcalf (2005).

124. Gallay (2002), Reséndez (2016), Macedo (2008), Resende (2003), Lucaioli e Latini (2014), Márquez (2017), Dias (2017).

125. Marchant, *op. cit.* John Manuel Monteiro afirmou que “como era de se esperar, na região dos *Patos* as relações de troca entre os portugueses e os Guarani logo foram substituídas pelas agressões diretas dos europeus e seus prepostos indígenas” (Monteiro, 1994, p. 66).

126. Braudel (2005a, p. 419).

127. *Id.*, 2005b, p. 285-286.

128. Chartier (2001).

129. Gruzinski, *op. cit.*, p. 27-96, Wolf, 2010, Van Deusen (2015), Wilde (2018).

130. Boccara (2003, p. 74-75).

131. *Ibid.*, p. 90.

das rotas marítimas intercontinentais. Ao acompanhar a produção e circulação de mercadorias é possível perceber como os circuitos da prata do Peru, da erva-mate do Paraguai, dos escravizados de Angola e da cana-de-açúcar do Brasil inseriram, de forma mais ou menos contínua, os indígenas e a região dos *Patos* na geografia de circuitos econômicos desenhados pela troca de mercadorias.

No entanto, para desvendar a natureza das ligações da região dos *Patos* com os espaços coloniais e o comércio marítimo não basta demonstrar as ligações desses espaços uns com os outros por meio da circulação de mercadorias. Apesar de relevante, essa maneira de demonstrar a dinâmica da economia-mundo muitas vezes cria uma perspectiva *plana* do tempo e dos espaços conectados ou integrados a ela. O *resgate* é mais bem compreendido em sua totalidade como um momento em um continuum de relações de negociações e alianças que conectam indígenas e agentes coloniais aos circuitos de circulação e acumulação de mercadorias e capital. Nossa proposta é levar ao limite a afirmação de Braudel de que a Europa “tem de jogar o jogo local onde quer que vá impor-se”<sup>126</sup>. Com isso não se quer dizer que o centro das altas finanças deixe de ser considerado concentrador das riquezas drenadas das redes que se estendem pelo globo.<sup>127</sup> O centro, contudo, não pode ser visto como portador de uma lógica territorial que dali se expande para o mundo. Temos algo a aprender com Ara-Abaté sobre a natureza dessa economia-mundo. A provocação de Roger Chartier ao questionar se na virada historiográfica para o *global* haveria espaço para investigar a consciência que as pessoas do passado tinham sobre a globalidade<sup>128</sup> contribui para demarcarmos os tênues limites entre abordagens planisféricas e abordagens globais. O argumento de que uma história pretensamente global não pode ignorar que pessoas e sociedades indígenas agiram na construção do mundo moderno e que suas estratégias e ações não podem apenas ser vistas como restritas ao âmbito local nos parece bastante sólido, e nosso estudo corrobora os argumentos já apresentados.<sup>129</sup>

Para conferir à definição de economia-mundo a globalidade que nossa análise reivindica, é preciso, portanto, compreender a espessura espaço-temporal que sustenta e retroalimenta as cadeias mercantis e conferir a sujeitos históricos como Ara-Abaté, Ocara-Abaté, Timacaúna, Saracuruçu e às coletividades das quais eles fizeram parte o peso que suas escolhas, ação e presença impuseram ao curso dos acontecimentos e à reconfiguração dos espaços americanos. Para avançar no argumento, podemos compreender a emergência da *Terra dos Patos* com o uso da noção de etnogênese, tal como ela foi definida por Guillaume Boccara.<sup>130</sup> Em vez de identificarmos na denominação *índios Carijós dos Patos* apenas o evidente caráter colonial e eurocêntrico, podemos perceber que esses mesmos indígenas, por meio de apropriações de elementos que a princípio lhes eram externos e formas de “resistência criadoras de transformações”<sup>131</sup>, constituíram uma renovada identidade que, no caso dos *Carijós dos Patos*, transcendeu os limites das terras que habitavam e do tempo em que lá viveram. Em 1624, o capitão da aldeia em Barueri, na Capitania de São Paulo, disse que teve



notícias por um “feiticeiro-mor” de que toda a aldeia estava “minada de feiticeiros” e todos os “malfeitores acusados” e seus cúmplices seriam indígenas “trazidos dos Patos pelo padre João de Almeida”<sup>132</sup>. No mesmo período, no Rio de Janeiro, uma indígena *Carijó* teria sido responsável por duas mortes causadas por suas feitiçarias. No estilo exagerado que lhe é próprio, Vasconcelos, após citar inúmeros exemplos, afirmou que os muitos casos semelhantes serviam para o entendimento da “grande força da feitiçaria de que usa toda esta nação de Carijós, com tal frequência, que não há morador nestas partes que se dê por seguro tendo qualquer trato com eles”. No entanto, o próprio Vasconcelos cita um caso de um *Carijó* que com suas “feitiçarias” livrou um morador de São Paulo dos “delinquentes” que lhe roubavam as roças.<sup>133</sup> Não é difícil concluir que diversos elementos do modo de ser dos *Carijós* se incorporaram ao cotidiano, às relações de poder e às disputas e alianças entre indígenas, colonos e autoridades. O vínculo entre os indígenas que migraram e os que permaneceram é evidenciado pela iniciativa dos indígenas que acompanham os padres de tomarem o “bafo-santo” do “grande e afamado feiticeiro” Ara-Abaeté e de recompensá-lo pela boa sorte de suas empreitadas.<sup>134</sup> Muitos anos depois, em 1785, indígenas aldeados no Rio de Janeiro reivindicavam a posse de terras e afirmavam ser descendentes daqueles indígenas levados dos Patos para a fazenda de Santa Cruz.<sup>135</sup>

Compreende-se, assim, a integração de espaços à economia-mundo europeia para além da sua localização no interior de uma malha quadriculada<sup>136</sup> à maneira de paralelos e meridianos. A natureza da espacialização — resultante de múltiplas territorializações, desterritorializações e reterritorializações<sup>137</sup> — dessa economia-mundo pode ser mais bem desvendada se aplicarmos à análise das práticas econômicas procedimento análogo ao que Latour propôs, como vimos, ao conhecimento científico. A cartografia verbalizada por Ara-Abaeté — na qual *Patos*, Angola e Portugal estavam em pé de igualdade como lugares de salvação das almas — emergiu da inserção de um espaço geográfico nas dinâmicas que reconfiguraram o globo na época moderna. Assim como os mapas holandeses do século XVII, o mapa mental de Ara-Abaeté carrega consigo segredos sobre a natureza da configuração espacial da economia capitalista em escala global. São mapas que se comunicam, ressignificam-se mutuamente. Para revelar a natureza dos laços que ligam as cartografias de Ara-Abaeté e de Blaeu à totalidade de uma economia-mundo de longa duração, é preciso, portanto, reconfigurar a malha dessa complexa urdidura de espaços-tempo e deslocá-la do planisférico ao global.

132. Vasconcelos, *op. cit.*, p. 128-129.

133. *Ibid.*, p. 130.

134. *Ibid.*, p. 131-135.

135. AHU, Rio de Janeiro, caixa 126, doc. 10118. “Requerimento do índio e capitão-mor da Aldeia de São Francisco Xavier de Tagoai, José Pires Tavares [...] à rainha Maria I”.

136. Braudel (2005b, p. 125).

137. Haesbaert (2007).

## **SOBRE O AUTOR**

### **Tiago Kramer de Oliveira**

Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor associado no Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

## **REFERÊNCIAS**

### **Fontes impressas**

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO/Capitania de São Paulo/*Translado da Devassa sobre a morte do índio principal Timacaúna*, São Paulo, 9 Fev. 1624 [caixa 1, doc. 3].

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO/Rio de Janeiro/*Requerimento do índio e capitão-mor da Aldeia de São Francisco Xavier de Tagoaí, José Pires Tavares [...] à rainha Maria I*, Rio de Janeiro, 24 Set. ant. 1785 [caixa 126, doc. 10118].

BLUTEAU, Raphael, *Vocabulario portuguez e latino: Aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728.

GUZMÁN, Ruy Díaz de. *Historia argentina del descubrimiento, población y conquista de las provincias del Río de La Plata*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1835.

### **Fontes manuscritas**

ALBERNAZ, João. *Livro em que se mostra a descrição de toda a Costa do Brasil*, 1627. Bibliothèque nationale de France. Département des Manuscrits.

MENDONÇA, Lourenço de. Memorial al Rey Phe. 4. de los excesos que se cometian en la India y Rio Janeiro pidiendo su remedio. *Sucesos del año 1638*. Coleccion Mascareñas, f. 297.

## Livros, artigos e teses

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ARRIGUI, Giovanni. *O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *El sistema de la economía colonial: Mercado interno, regiones y espacio económico*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1982.

AVELLANEDA, Mercedes. *Guaraníes, criollos y jesuitas: Luchas de poder en las revoluciones comuneras del Paraguay, siglos XVII y XVIII*. Asunción: Tiempo de Historia, 2014.

BENTON, Lauren. *A Search for Sovereignty: Law and Geography in European Empires, 1400–1900*, New York, Cambridge University Press, 2010.

BENTON, Lauren; STRAUMANN, Benjamin. Acquiring empire by law: From Roman doctrine to early modern European practice. *Law and History Review*, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 1-38, 2010.

BETHENCOURT, Francisco. Configurações políticas e poderes locais. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (ed.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010.

BLACKBURN, Robin. *The Making of New World Slavery from the Baroque to the Modern, 1492-1800*. London: Verso, 2010.

BLAEU, Joan. *Atlas maior sive cosmographia blaviana, qua solvm, salvm, coelvm, accuratissime describuntvr*. Amsterdam: Joan Blaeu, 1665. Disponível em: <https://bit.ly/49Ak5Ez>. Acesso em: 29 fev. 2024.

BOCCARA, Guillaume. Fronterizos euro-indígenas: repensando los márgenes americanos a partir (y más allá). *Memoria Americana*, [s. l.], v. 13, p. 21-52, 2005.

BOCCARA, Guillaume. Fronteras, mestizaje y etnogénesis en las Américas. In: MANDRINI, Raúl J.; PAZ, Carlos D. (ed.). *Las fronteras hispano-criollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII y XIX*. Neuquén: Universidad Nacional del Sur, 2003. p. 63-93.

BOITEUX, Lucas. Toponymia antiga na nossa Costa: Patos. *RIHGSC* 6 (1917). p. 3-10.

- BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional, 1973.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo*: Vol. 1: Estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 2005a.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo*: Vol. 2: Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo*: Vol. 3: O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 2005c.
- BROTTON, Jerry. *Trading Territories: Mapping the Early Modern World*. London: Reaktion, 1997.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo: Itatiaia, 1984.
- CARBONELL DE MASY, Rafael. *Estrategias del desarrollo rural de los pueblos guaraníes, 1609-1767*. Barcelona: Instituto de Estudios Fiscales, 1992.
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Lealdades negociadas: Povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*. São Paulo: Alameda, 2014.
- CHARTIER, Roger. La Conscience de la globalite (commentaire). *Annales Histoire, Sciences Sociales*, Paris, v. 56, n. 1, p. 119-123, 2001.
- CONRAD, Sebastian. *Historia global: Una nueva visión para el mundo actual*. Barcelona: Crítica, 2017.
- CORTESÃO, Jaime (ed.). *Manuscritos da Coleção de Angelis*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951. v. 1.
- COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: A contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, 117-134, 2006. DOI: 10.1590/S0102-69092006000100007.
- DEAN, Warren. Indigenous Populations of the São Paulo-Rio de Janeiro Coast: Trade, Aldeamento, Slavery and Extinction. *Revista de História*, São Paulo, v. 177, p. 3-26, 1984. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i117p3-25.
- DIAS, Camila Loureiro. O comércio de escravos indígenas na Amazônia visto pelos regimentos de entradas e de tropas de resgate (séculos XVII e XVIII). *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 10, n. 1, p. 238-259, 2017. DOI: 10.22228/rtf.v10i1.582.
- DORÉ, Andrea. *Cartografia da promessa: Potosi e o Brasil em um continente chamado Peruana*. São Paulo: Intermeios, 2020.

EDNEY, Matthew H. A Content Analysis of Imago Mundi, 1935-2010. *Imago Mundi*, London, v. 66, p. 107-131, 2014.

EDNEY, Matthew H. A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 30-50, 2007. DOI: 10.1590/S0104-87752007000100003.

FARAGE, Nádia. *As muralhas do sertão: Os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FRADKIN, Raul; GARAVAGLIA, Juan Carlos. *La Argentina colonial: El Río da Prata entre os siglos XVI e XIX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2016.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil: Séculos XVI-XVII-XVIII*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

GALLAY, Alan. *The Indian Slave Trade: The Rise of the English Empire in the American South, 1670-1717*. New Haven: Yale University Press, 2002.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Mercado interno y economia colonial: Tres siglos de historia de la yerba mate*. México, DC: Grijalbo, 1983.

GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional de Pesquisa, 2007.

GASCÓN, Margarita. Rutas y flujo de recursos económicos entre Paraguay y cuyo del Reino de Chile (1580-1700). *Anuario de Estudios Americanos*, Sevilla, v. 74, n. 2, p. 439-459, 2017.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Duque de Caxias, n. 80, p. 115-147, 2008. DOI: 10.12957/periferia.2009.3428.

GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: História de uma mundialização*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et al. *Território, territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

HARLEY, John Brian. *La nueva naturaleza de los mapas: Ensayos sobre la historia de la cartografía*. México, DC: FCE, 2005.

HEMMING, John. *Ouro vermelho: A conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: Edusp, 2007.

HERZOG, Tamar. *Fronteiras da posse: Espanha e Portugal na Europa e nas Américas*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2019.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

JACKSON, Robert H. Una mirada a los patrones demográficos de las misiones jesuitas de Paraguay. *Fronteras de la Historia*, Bogotá, v. 9, p. 129-178, 2004.

LANGER, Protasio Paulo. Apropriações, impropriedades editoriais e produções cartográficas relativas à representação do Rio de La Plata em atlas neerlandeses do Século XVII. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 24, n. 3, 458-472, 2020. DOI: 10.4013/hist.2020.243.10.

LANGFUR, Hal. Moved by Terror: Frontier Violence as Cultural Exchange in Late-Colonial Brazil. *Ethnohistory*, Durham, v. 52, n. 2, p. 255-289, 2005. DOI: 10.1215/00141801-52-2-255.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo; Unesp, 2000.

LEITE, Serafim (ed.). *Novas cartas jesuíticas (de Nóbrega a Vieira)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

LUCAIOLI, Carina; LATINI, Sergio. Fronteras permeables: circulación de cautivos en el espacio santafesino. *Runa: Archivo para las Ciencias del Hombre*, Buenos Aires, v. 35, n. 1, p. 113-132, 2014. DOI: 10.34096/runa.v35i1.607.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Escravidão indígena no sertão da Capitania do Rio Grande do Norte. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 56, 449-462, 2008. DOI: 10.1590/S0102-01882008000200009.

MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: As relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

MÁRQUEZ, Jaime Valenzuela (ed.). *América en diásporas: esclavitudes y migraciones forzadas en Chile y otras regiones americanas (siglos XVI-XIX)*. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2017.

MELLÁ, Bartolomeu. El “modo de ser guaraní” en la primera documentación jesuítica (1594-1639). *Revista de Antropología*, São Paulo, v. 24, p. 1-24, 2016. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.1981.110961.

MELLO, Amílcar d'Ávila. *Santa Catarina na era dos descobrimentos geográficos*. Florianópolis: Expressão, 2005.

METCALF, Alida C. *Go-Betweens and the Colonization of Brazil, 1500-1600*. Austin: University of Texas Press, 2005.

MIGNOLO, Walter. *The Darker side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options*. Durham: Duke University Press, 2011.

MIGNOLO, Walter. *Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2003.

MONTEIRO, John Manuel. From Indian to Slave: Forced Native Labour and Colonial Society in São Paulo During the Seventeenth Century". *Slavery and Abolition*, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 105-127, 1988. DOI: 10.1080/01440398808574952.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOUÏOUKIAS, Zacarías. Burocracia, contrabando y autotransformación de las elites: Buenos Aires en el siglo XVII. *Anuario del IEHS*, v. 3, p. 213-248, 1988.

NECKER, Louis. *Índios guaraníes y chamanes franciscanos: Las primeras reducciones del Paraguay (1580-1800)*. Asunción: Ceaduc, 1990.

NEUMANN, Eduardo. *O trabalho Guarani missioneiro no Rio da Prata colonial, 1640-1750*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

NOVAIS, Fernando. *Brasil e Portugal na crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808*. São Paulo: Hucitec, 1986.

PASTELLS, Pablo. *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay*. Madrid: Librería General de Victorino Suárez, 1912. t. 1.

PETRONE, Pasquale. *Os aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *As minas de ouro e a formação das capitâneas do sul*. São Paulo: Via das Artes, 2013.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Minas mestiças: Índios coloniais em busca da liberdade no século do ouro. *Cahiers des Amériques Latines*, [s. l.], n. 44, p. 61-76, 2003. DOI: 10.4000/cal.7398.

RESÉNDEZ, Andrés. *The Other Slavery: The Uncovered Story of Indian Enslavement in America*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2016.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.



SMITH, David. Jansson Versus Blaeu: A Study in Competitive Response in the Production of English County Maps. *Cartographic Journal*, London, v. 23, n. 2, p. 106-114, 1986. DOI: 10.1179/caj.1986.23.2.106.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra*. Política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SUTTON, Elizabeth A. *Capitalism and Cartography in the Dutch Golden Age*. Chicago: The University of Chicago Press, 2015.

TAUNAY, Affonso de Escragno. *História geral das bandeias paulistas*. São Paulo: Tipografia Ideal, 1925. v. 2.

VAN DEUSEN, Nancy E. *Global Indians: The Indigenous Struggle for Justice in Sixteenth-Century Spain*. Durham: Duke University Press, 2015.

VASCONCELOS, Simão de. *A vida do padre João de Almeida*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1658.

VELLOSO, Gustavo. *Ociosos e sedicionários*: Populações indígenas e os tempos do trabalho nos campos de Piratininga (século XVII). São Paulo: Intermeios, 2018.

VENTURA, Maria da Graça A. Mateus. *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica*: Mobilidade, cumplicidades e vivências. Lisboa: Imprensa Nacional, 2005.

VILARDAGA, José Carlos. Fronteiras instáveis e alianças cambiantes: a ocupação colonial do Guairá e as relações entre Villa Rica del Espiritu Santo e São Paulo de Piratininga entre os séculos XVI e XVII. *Revista de Índias*, Madrid, v. 79, n. 277, p. 659-695, 2019. DOI: 10.3989/revindias.2019.019.

VILARDAGA, José Carlos. Na bagagem dos peruleros: Mercadoria de contrabando e o caminho proibido de São Paulo ao Paraguai na primeira metade do século XVII. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 25, p. 127-147, 2017. DOI: 10.1590/1982-02672017v25n0105.

VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo no império dos Felipes*: Conexões na América Meridional (1580-1640), São Paulo: Intermeios, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial*: Vol. 1: La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. Madrid: Siglo Veintiuno, 1991.

WALLERSTEIN, Immanuel. Eurocentrism and Its Avatars: The Dilemmas of Social Science. *New Left Review*, London, v. 46, n. 226, p. 93-106, 1997.

WHITE, Richard. *The Middle Ground*: Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815. New York: Cambridge University Press, 2011.

WILDE, Guillermo. Frontier Missions in South America: Impositions, Adaptations, and Appropriations. In: ROJO, Danna A. Levin; RADDING, Cynthia (ed.). *The Oxford Handbook of Borderlands of the Iberian World*. New York: Oxford University Press, 2019.

WILDE, Guillermo. La agencia indígena y el giro hacia lo global. *Historia Crítica*, Bogotá, v. 69, p. 99-114, 2018. DOI: 10.7440/histcrit69.2018.06.

WOLF, Eric. *Europe and the People without History*. Berkeley: University of California Press, 2010.

WOOD, Denis; FELS, John. Designs on Signs/Myth and Meaning in Maps. *Cartographica*, v. 23, n. 3, p. 54-103, 1986.

ZERON, Carlos Alberto R. 2011. *Linha de fé: a Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Editora USP.

Artigo apresentado em: 20/01/2022. Aprovado em: 11/04/2022.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License